

Alerta Legislação nº 11, de 13 a 18 mar. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
16/03/2017	<p><u>DECRETO Nº 9.006, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> Prorroga a <i>vacatio legis</i> do Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, e do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda.</p>
15/03/2017	<p><u>DECRETO Nº 9.005, DE 14 DE MARÇO DE 2017</u> Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p> <p>RETIFICAÇÃO <u>DECRETO Nº 9.004, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Transfere a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e dá outras providências. <i>(Publicado no Diário Oficial da União de 14 de março de 2017, Seção 1)</i></p>
14/03/2017	<p><u>LEI Nº 13.420, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 13.419, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio, entre empregados, da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.</p>

	<p><u>DECRETO Nº 9.004, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Transfere a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.003, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.002, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>CASA CIVIL (CCPR) → Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária <u>PORTARIA Nº 155, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo SACUTIABA E RIACHO DA SACUTIABA, o território totalizando 12.285,8701 (doze mil duzentos e oitenta e cinco hectares, oitenta e sete ares e um centiare), situado no Município de Wanderley, no estado da Bahia: (...)</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.289, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> Disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do SBTVD-T, em São Paulo/SP, e aprova a numeração dos canais virtuais.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 373, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> Altera programas de pós-graduação stricto sensu recomendadas pelo Conselho Técnico-Científico - CTC da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, requeridas pelas respectivas Instituições de Educação Superior - IES.</p> <p>SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Regulamenta o art. 15, § 2º da Portaria Normativa nº 26, de 5 de dezembro de 2012, que trata do Programa de Estímulo à</p>

	<p>Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Educação Superior - Proies.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 80, DE 9 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Estabelecer que, para o mês de fevereiro de 2017, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 1.199,20 (um mil, cento e noventa e nove reais e vinte centavos). (...)</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) → Área de Fiscalização →→ Departamento de Monitoramento do Sistema <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.810, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Divulga procedimentos para remessa de informações de que tratam as Circulares ns. 3.819 e 3.820, de 14 de dezembro de 2016, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em regime de liquidação extrajudicial e pelas administradoras de consórcio em regime de liquidação extrajudicial.</p> <p>→ Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.829, DE 9 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, a fim de permitir a utilização de assinaturas eletrônicas em contratos de câmbio em qualquer formato admitido pelas partes como válido e aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.</p> <p>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) → Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 755, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> Divulga versão atualizada dos Manuais Operacionais do Agente Operador do FGTS.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 754, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> Divulga a relação dos municípios e regiões metropolitanas para efeito de enquadramento na tabela de desconto do FGTS e na utilização dos recursos da conta vinculada do FGTS na Moradia Própria.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA Nº 334, DE 14 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Portaria RFB nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento, a Portaria RFB nº 2.206, de 11 de novembro 2010, que regulamenta o leilão, na forma eletrônica, para venda de mercadorias apreendidas ou abandonadas, e a Portaria RFB nº 1.711, de 24 de setembro de 2010, que aprova modelo de documento que comprova a decisão que aplica a pena de perdimento de veículo em favor da União, para fins de subsidiar os procedimentos previstos nos §§ 6º e 7º do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976.</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 2, DE 14 DE</u></p>

	<p><u>MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a aplicação da isenção de que trata o art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.701, DE 14 DE MARÇO DE 2017</u> Institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.700, DE 14 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.</p>
<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 111, DE 31 DE JANEIRO DE 2017</u> Estabelece procedimentos para a expedição de comprovante de capacitação técnica para o manuseio de arma de fogo, bem como para o credenciamento e fiscalização de Instrutores de Armamento e Tiro.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 788, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências.</p> <p><u>PORTARIA Nº 782, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 642, DE 10 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso dos produtos abaixo listados. (...)</p> <p>– Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 651, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Fica reconhecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para realização de Auditorias Regulatórias em estabelecimentos fabris de produtos para saúde, o seguinte Organismo Auditor: (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 650, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Revogar a RE nº 2.641, de 18/09/2015, republicada em</p>

	<p>01/02/2016, Seção 1, pág. 102, ficando liberada, em todo o território nacional a manipulação, comercialização e uso de soluções de grande volume estéreis pela Pharmacia Artesanal Ltda, nome fantasia: Farmoterápica (CNPJ 53.440.939/0006-48). (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 612, DE 8 DE MARÇO DE 2017</u> (...)</p> <p>Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 15382321A2 do medicamento Solução de Glicose 5% 1000 ml solução injetável fabricado pela Laboratório B. Braun S/A. (CNPJ: 31.673.254/0001-02). (...)</p> <p>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE) <u>PORTARIA Nº 14, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Torna pública a decisão de incorporar o fingolimode no tratamento da esclerose múltipla remitente recorrente após falha terapêutica com betainterferona ou glatirâmer, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 13, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Torna pública a decisão de ampliar o uso dos medicamentos doxiciclina, estreptomicina e rifampicina para tratamento da brucelose humana no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 12, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Torna pública a decisão de incorporar a apresentação de 200mg do antirretroviral etravirina para o tratamento da infecção pelo HIV no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 11, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Torna pública a decisão de incorporar caneta para injeção de insulina humana NPH e insulina humana regular no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 32, de 28 de dezembro de 2016, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2017.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA</u></p>

	<p><u>FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "APOIO ÀS ATIVIDADES DE FOMENTO E DE CONCESSÃO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL NO ÂMBITO DO FUNDO AMAZÔNIA"</u></p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 108, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos, da Assessoria Especial de Relações Internacionais, da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais, da Assessoria Especial de Controle Interno, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Secretaria de Energia Elétrica, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, na forma dos Anexos I a XI a esta Portaria. (...) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 762, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017(*)</u> Definição dos procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016, e dar outras providências. (*) Republicada por ter saído no DOU nº 47, de 9-3-2017, Seção 1, pág. 117, com incorreção no original. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 673, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Estabelece os preços de referência do gás natural produzido no mês de fevereiro de 2017 <u>RESOLUÇÃO Nº 672, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Estabelece os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de fevereiro de 2017</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> Aprova as prioridades e metas para os estados e o Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio de 2016 a 2019.</p>
<p>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</p>	<p>SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (SCS) <u>PORTARIA Nº 13, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, para dispor sobre a distribuição de cotas tarifárias de exportação ao México de que trata o Quinto Protocolo Adicional ao Apêndice Bilateral II</p>

	<p>"Sobre o Comércio no Setor Automotivo entre o Brasil e o México" do Acordo de Complementação Econômica nº 55 - MERCOSUL/México.</p>
<p>Ministério do Esporte (ME)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 76, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Portaria nº 67, de 4 de abril de 2013, que estabelece procedimentos para seleção de atletas no âmbito do Programa Atleta Pódio, assim como estabelece modelos e critérios gerais para a elaboração do Plano Esportivo, ambos instituídos pela Lei nº 12.395, de 2011.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE APOIO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 10 DE MARÇO DE 2017</u> Regulamenta critérios e procedimentos de monitoramento, avaliação, cessação e prorrogação de transferência de recursos financeiros a beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH) <u>RESOLUÇÃO Nº 187, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova a delegação à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar as funções de competência das Agências de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.</p> <p>SECRETARIA EXWCUTIVA <u>PORTARIA Nº 36, DE 14 DE MARÇO DE 2017</u> Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do MMA, define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 45, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Autorizar a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entidade vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a contratar por tempo determinado, com fundamento no inciso III do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, até 26.440 (vinte e seis mil quatrocentos e quarenta) pessoas, com vistas a realizar o Censo Agropecuário 2017, na forma do Anexo a esta Portaria. (...)</p>
<p>Ministério do Turismo (MTur)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 39, DE 10 DE MARÇO DE 2017</u> Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências.</p>

Ministério dos Direitos Humanos	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 30, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Estabelece o procedimento de autorização prévia da Ministra de Estado dos Direitos Humanos para a realização de atos administrativos e define competências no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL <u>PORTARIA Nº 1, DE 14 DE MARÇO DE 2017</u> Fixa as metas institucionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para o 2º Ciclo de Avaliação de Desempenho para fins de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais (GDAPS).</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
17/03/2017	<p><u>DECRETO Nº 62.519, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> Revoga dispositivos que especifica do Decreto nº 57.501, de 08 de novembro de 2011, que institui o Cadastro Estadual de Entidades – CEE, no âmbito do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, e cria o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE, sob a responsabilidade da Corregedoria Geral da Administração</p> <p><u>DECRETO Nº 62.517, DE 16 DE MARÇO DE 2017</u> Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 47.945, de 16 de julho de 2003, a fim de permitir a participação de Municípios paulistas e das respectivas entidades da administração indireta, como Órgão Participante, nos procedimentos do Sistema de Registro de Preços</p>
16/03/2017	<p><u>LEI Nº 16.391, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> (Projeto de lei nº 800, de 2016, do Deputado Davi Zaia - PPS) Altera a Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 16.390, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> (Projeto de lei nº 218/2016, do Deputado Hélio Nishimoto - PSDB) Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação por parte do comprador de produtos fumígenos e derivados de tabaco para fins de comprovação de maioridade.</p> <p><u>LEI Nº 16.389, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u></p>

	(Projeto de lei nº 945/2015, do Deputado Igor Soares - PTN) Institui o mês "Junho Vermelho", dedicado à campanha de incentivo à doação de sangue e dá outra providência.
14/03/2017	<u>DECRETO Nº 62.516, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Institui a Medalha Mérito de Logística da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS 05, 16-03-2017</u> Cria Grupo de Trabalho que será denominado "GT Ação Jovem - PETI" com a finalidade de articular o Programa Ação Jovem e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil com a Lei de Aprendizagem e dá demais providências <u>RESOLUÇÃO SEDS 04, 16-03-2017</u> Dispõe sobre a Norma Operacional Básica para o Programa Renda Cidadã e dá providências correlatas
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 15, DE 17-3-2017</u> Dispõe sobre fixação de Metas do Idesp, para fins de pagamento da bonificação por resultados - BR, instituída pela Lei Complementar 1.078, de 17-12-2008 , para o Exercício de 2016
Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)	<u>PORTARIA G. CEL – 25, DE 14-3-2017</u> Regulamento dos Jogos Regionais
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 22, DE 15-03-2017</u> Altera a composição dos Comitês de Movimentação, criados junto ao Gabinete do Secretário da Fazenda <u>RESOLUÇÃO SF 21, DE 15-03-2017</u> Altera a composição do Comitê Permanente de Gestão de Pessoas, criado junto ao Gabinete do Secretário da Fazenda <u>RESOLUÇÃO SF 20, DE 15-03-2017</u> Fixa o montante máximo (limite global) de recursos disponíveis no exercício de 2017 para apoio financeiro a projetos desportivos no âmbito do Programa de Incentivo ao Esporte, nos termos do § 2º do artigo 16 da Lei 13.918, de 22-12-2009 <u>RESOLUÇÃO SF 19, DE 15-03-2017</u> Fixa o montante máximo (limite global) de recursos disponíveis no exercício de 2017 para apoio financeiro a projetos culturais no

	<p>âmbito do Programa de Ação Cultural - PAC, instituído pela Lei 12.268, de 20-02-2006</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV 133, DE 13-03-2017</u> Altera dispositivos da Portaria SPPREV 75, de 9-5-2015, que constitui a comissão para validação da documentação comprobatória e avaliação da pertinência dos eventos apresentados pelos empregados públicos aptos a participar do processo de progressão de que trata a Portaria SPPREV 129/2013 e alterações</p>
<p>Governo (SG)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO COETIC 1-2017</u> Estabelece a política para o uso de computação em nuvem no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional e dá providências correlatas</p>
<p>Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR</p>	<p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-70, DE 13-3-2017</u> Regulamenta o credenciamento de entidades, médicos e psicólogos para a realização dos exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da permissão para dirigir e condutores para a renovação, adição ou mudança de categoria, e reabilitação da Carteira Nacional de Habilitação para a condução de veículos automotores</p> <p>UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>COMUNICADO</u></p> <p>Artigo 115 da CE - Suplemento Especial A Unidade Central de Recursos Humanos, à vista do que dispõe o § 2º do artigo 5º do Decreto nº 50.881, de 14 de junho de 2006 (Institui o Sistema Único de Cadastro de Cargos e Funções-Atividades - SICAD, da Administração Direta e das Autarquias do Estado), COMUNICA aos órgãos setoriais de recursos humanos da Administração Direta e Autarquias do Estado que encaminhará à Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP as informações coletadas e sistematizadas relativas à quantidade de cargos, empregos públicos e funções-atividades, ocupados e vagos, em 31 de dezembro de 2016, para publicação em Suplemento Especial do Diário Oficial do Estado, Executivo, Seção I, no dia 29 de abril de 2017, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição Estadual.</p> <p>AS ENTIDADES FUNDACIONAIS, DE ECONOMIA MISTA E AS EMPRESAS PÚBLICAS deverão, para atendimento ao dispositivo constitucional, encaminhar diretamente à Imprensa Oficial do Estado S.A - IMESP, impreterivelmente até o dia 07 de abril de 2017, o quantitativo de seus quadros. Quaisquer esclarecimentos sobre transmissão e publicação deverá ser contatada a Imprensa Oficial do Estado pelo telefone: SAC 0800 01234 01.</p> <p>O arquivo deverá vir no formato texto com tabulação e salvo como texto sem formatação e enviado para o email: artigo115-2017@imprensaoficial.com.br</p>

<p style="text-align: center;">Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-13, DE 17-3-2017</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 12, DE 17-3-2017</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS – 11, DE 17-3-2017</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Plano Estadual de Apoio à Desinstitucionalização, de pessoas internadas há mais de um ano nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 10, DE 13-3-2017</u> Atribui à Coordenadoria de Assistência Farmacêutica a responsabilidade para a prática dos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços de Medicamentos e dos produtos nutricionais que identifica, na qualidade de Órgão Gerenciador, e dá providências correlatas.</p>
<p style="text-align: center;">Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-36, DE 14-3-2017</u> Fixa o valor a ser pago a quem fornecer informações válidas para identificação dos envolvidos no homicídio do Soldado PM Erik Henrique Ardenghe</p>
<p style="text-align: center;">Universidade de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-22, DE 13-3-2017</u> Altera a Resolução GR-039/2009, que dispõe sobre a criação da Comissão de Ética no Uso de Animais, Ceua/Unicamp</p>
<p style="text-align: center;">Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP) <u>DELIBERAÇÃO CSDP - 337, DE 10-3-2017</u> Institui o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e altera dispositivos da Deliberação CSDP 10, de 30-06-2006</p> <p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 14-3-2017</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os/as Defensores/as Públicos/as ocupantes dos cargos de Nível III para o Nível IV da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano</p>

	de 2017
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
18/03/2017	<p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 07/2017 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO torna público o CALENDÁRIO DO CICLO DE DEBATES COM AGENTES POLÍTICOS E DIRIGENTES MUNICIPAIS, que será realizado ao longo do ano de 2017. Serão 11 (onze) eventos, abrangendo 644 municípios do Estado, que terão como objetivo a orientação sobre o Planejamento, o Controle Interno e a Transparência, além da divulgação sobre os novos procedimentos de fiscalização. A participação de interessados é gratuita e independe de prévia inscrição, lembrando que Prefeitos, Presidentes de Câmaras e demais agentes públicos terão a oportunidade de verem esclarecidos pontos de interesse para a correta prestação de contas a que estão sujeitos. Além deste COMUNICADO, convites serão expedidos pela E. Presidência. SDG, 23 de fevereiro de 2017. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL</p> <p>DOE, Legislativo, 18/03/2017, p. 14</p> <p>COMUNICADO SDG nº 10/2017 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que a Lei Federal nº 13.019/2014 atualizada, vigente para os municípios desde 1º de janeiro de 2017, prevê que a concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições serão formalizados por meio de Termo de Colaboração ou de Fomento, com inexigibilidade do chamamento público devidamente justificado, nos termos dos artigos 31, II cc 32 "caput" e § 4º da Lei. Nas parcerias assim constituídas, o poder público concessor deverá cumprir as demais exigências previstas na Lei, com destaque para elaboração do plano de trabalho (artigo 22); monitoramento e avaliação (artigos 58 a 60); acompanhamento da execução (artigos 61 e 62) e prestações de contas (artigos 63 a 68). SDG, 17 de março de 2017. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 18/03/2017, p. 14</p>
15/03/2017	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 107, DE 2017</u> ALTERA O ARTIGO 3º, DA LEI Nº 15.292, DE 08 DE JANEIRO DE 2014, QUE DEFINE DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS E CRIA O BANCO DE DADOS DE PESSOAS DESAPARECIDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DOE, Legislativo, 15/03/2017, p. 10</p>

	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 104, DE 2017</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação do teste de Glicemia Capilar nos prontos-socorros e unidades de saúde em crianças de 0 a 6 anos, 11 meses e 29 dias de idade, em todos os Municípios do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 15/03/2017, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 103, DE 2017</u> Classifica Santa Isabel como município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 15/03/2017, p. 9</p>
14/03/2017	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 100, DE 2017</u> Proíbe a utilização, queima e soltura de fogos de artifícios ruidosos no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 14/03/2017, p. 14</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
18/03/2017	<p><u>DECRETO Nº 57.632, DE 17 DE MARÇO DE 2017</u> Confere nova normatização ao Programa Leve Leite, instituído pelo Decreto nº 35.458, de 31 de agosto de 1995.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.631, DE 17 DE MARÇO DE 2017</u> Introduz alterações no Decreto nº 57.578, de 13 de janeiro de 2017, que fixou normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2017.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.630, DE 17 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para as despesas de exercícios anteriores pela Administração Direta e Indireta; revoga o artigo 6º do Decreto nº 53.751, de 26 de fevereiro de 2013.</p>
16/03/2017	<p><u>DECRETO Nº 57.627, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Institui a Comissão Permanente de Calçadas – CPC, no âmbito do Programa Calçada Nova.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.626, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Introduz alterações no Decreto nº 57.616, de 3 de março de 2017, que regulamenta o Programa de Combate a Pichações no Município de São Paulo, instituído pela Lei nº 16.612, de 20 de fevereiro de 2017.</p>
14/03/2017	<p><u>DECRETO Nº 57.622, DE 13 DE MARÇO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 48.744, de 20 de setembro de 2007, que regulamenta a concessão de diária ao servidor municipal que se deslocar temporariamente a serviço da Prefeitura, a título de indenização pelas despesas de transporte, alimentação e acomodação.</p>

DECRETO Nº 57.621, DE 13 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a transferência, para a Secretaria Municipal de Serviços e Obras, em caráter excepcional, a gestão e a execução dos serviços de manutenção predial de escolas e demais equipamentos da Secretaria Municipal de Educação.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107